



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **APOSTILA Nº 03 AO CONTRATO TRE-RO N. 08/2020.**

#### **APOSTILA N. 03 AO CONTRATO TRE-RO N. 08/2020**

**PROCESSO SEI TRE-RO [0002624-96.2019.6.22.8000](#)**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 10/2020**

**APOSTILA N. 03 AO CONTRATO N. 08/2020, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA., REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR À JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.**

A Ilustríssima Senhora Diretora Geral da Secretaria do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, no uso de suas atribuições legais, e consoante decisão constante no DESPACHO N. 742/2023-GABDG, de 29/06/2023 (evento [1027504](#)), RESOLVE expedir a presente apostila, com fundamento no art. 65, §8º, no art. 40, XI, e no art. 55, III, todos da Lei n. 8.666/93, assim como na Subcláusula Sétima da Cláusula Décima Sexta do Contrato supramencionado, para:

**I - Registrar o 3º reajuste ao Contrato 08/2020 (evento [0542815](#)), no percentual de 3,94% (três inteiros e noventa e quatro milésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aferida no período de junho de 2022 a maio de 2023, com efeitos financeiros sobre a Contratação mencionada a partir de maio de 2023, nos termos detalhados abaixo:**

Faixa etária	Quantidade de usuários indicada no contrato	Valor unitário/Per capita com 2º reajuste (2ª	Valor mensal com 2º reajuste (2ª Apostila, evento 0860958),	Valor anual com 2º reajuste (2ª Apostila, evento 0860958), em	IPCA - junho/2022 a
--------------	---	---	---	---	---------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	original	Apostila, evento 0860958), em R\$	em R\$	R\$	maio/2023*
0 - 18	167	322,27	53.819,76	645.837,12	3,94%
19-23	28	373,48	10.457,44	125.489,24	3,94%
24 - 28	13	429,68	5.585,84	67.030,09	3,94%
29 - 33	33	489,34	16.148,35	193.780,18	3,94%
34 - 38	69	569,70	39.309,31	471.711,68	3,94%
39 - 43	56	660,36	36.980,04	443.760,45	3,94%
44 - 48	37	800,28	29.610,26	355.323,12	3,94%
49 - 53	41	1.037,80	42.549,97	510.599,62	3,94%
54 - 58	27	1.445,09	39.017,52	468.210,29	3,94%
59 ou mais	83	1.929,69	160.164,17	1.921.970,07	3,94%
<b>Totais</b>	<b>554</b>		<b>433.642,65</b>	<b>5.203.711,86</b>	

Fonte: Informação n. 78/2023-PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES (evento [1025828](#) do Processo SEI respectivo), e alguns ajustes necessários feitos pela Secont.

\*Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060#/n1/all/n7/all/n6/all/v/2265/p/202305/c315/all/d/v2265%202/1/,p+t+v,c315/resultado>

**RESUMO:**Valor mensal com 1º reajuste (1ª Apostila, evento [0715866](#)), em R\$:

388.116,54

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Valor anual com 1º reajuste (1ª Apostila, evento <a href="#">0715866</a> ), em R\$:	4.657.398,50
Valor mensal com 2º reajuste (2ª Apostila, evento <a href="#">0860958</a> ), em R\$:	433.642,65
Valor anual com 2º reajuste (2ª Apostila, evento <a href="#">0860958</a> ), em R\$:	5.203.711,86
Impacto total mensal do 2º reajuste (2ª Apostila, evento <a href="#">0860958</a> ), em R\$:	45.526,11
Impacto total anual do 2º reajuste (2ª Apostila, evento <a href="#">0860958</a> ), em R\$:	546.313,36
Valor mensal com 3º reajuste (3ª Apostila), em R\$:	450.712,20
Valor anual com 3º reajuste (3ª Apostila), em R\$:	5.408.546,40
Impacto total mensal do 3º reajuste (3ª Apostila), em R\$:	17.069,55
Impacto total anual do 3º reajuste (2ª Apostila), em R\$:	204.834,54

**II - O impacto financeiro total anual deste reajuste é de R\$ 204.834,54** (duzentos e quatro mil oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), correspondente à diferença entre os valores com o 3º reajuste de 3,94% (R\$ 5.408.546,40) e os valores anteriores reajustados com o 2º reajuste (R\$ 5.203.711,86).

**III –** O valor das despesas e os quantitativos de usuários são estimados, podendo sofrer oscilações decorrentes das inclusões e exclusões de usuários durante a execução contratual, na forma regulamentar, conforme estabelecido no contrato originário.

**IV –** As despesas com a execução do presente aditivo serão suportadas mediante reforço à Nota de Empenho (2023NE000029) desta contratação, caso seja necessário.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**V** - Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.

**VI** - A Contratada deverá, também, comunicar à Agência Nacional de Saúde – ANS o percentual de reajuste aplicado à presente contratação por meio deste instrumento, nos termos do art. 15, da Resolução Normativa – RN nº 171, de 29 de abril de 2008.

**VII** - Para assegurar a plena execução do presente ajuste, a **Contratada deverá oferecer, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA** no valor de **R\$ 10.241,72** (dez mil duzentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do impacto total do 2º reajuste, indicado nesta Apostila, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade durante o novo prazo de vigência contratual, consoante regras estabelecidas na Cláusula Nona do Contrato originário.

**VIII** – Para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), o valor total anual atualizado deste contrato passa a ser de R\$ 5.408.546,40 (cinco milhões quatrocentos e oito mil quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), conforme detalhamento no Anexo I deste instrumento.

**IX** - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Contratação originária e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

**X** - A presente Apostila passa a fazer parte integrante da Contratação supra como se nela estivesse transcrita.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**XI** - O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.

Porto Velho/RO, 30 de junho de 2023.

**LIA MARIA ARAÚJO LOPES**

Diretora Geral do TRE-RO

**ANEXO I DA APOSTILA N. 03 AO CONTRATO N. 08/2020/TRE-RO**

**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo realizados nesta contratação (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato 08/2020 (assinado em 09/06/2020) – Volume VI do PA respectivo (evento n. <a href="#">0542815</a> ) Vigência de 12 meses, a contar de 16/06/2020 até 16/06/2021. (Garantia: R\$ 215.510,40)	R\$ 4.310.207,96	-
1º Termo Aditivo (assinado em 10/06/2021) – Volume VIII do PA respectivo (evento n. <a href="#">0699858</a> ) Prorrogação por mais 12 meses, a contar de 17/06/2021 até 16/06/2022 (Garantia: R\$ 215.510,40)	R\$ 4.310.207,96	-
1ª Apostila (assinada em	R\$ 347.190,54	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15/07/2021) – Volume X do PA respectivo (evento n. <a href="#">0715866</a> ) 1º reajuste de 8,055%, partir de maio/2021, referente ao IPCA acumulado no período de 2020/2021 (R\$ 347.190,54); (Garantia: R\$ 17.359,53)		
2º Termo Aditivo (assinado em 25/05/2022) – Volume XI do PA respectivo (evento n. <a href="#">0834072</a> ). Prorrogação por mais 12 meses, a contar de 17/06/2022 até 16/06/2023. (Garantia: R\$ 232.869,92)	R\$ 4.657.398,50	-
2ª Apostila (assinada em 18/07/2022) – Volume XIV do PA respectivo (evento n. <a href="#">0860958</a> ) 2º reajuste de 11,73%, a partir de maio/2022, referente ao IPCA acumulado no período de 2021/2022 (R\$ 546.313,36); (Garantia: R\$ 27.315,67)	R\$ 546.313,36	-
3º Termo Aditivo (assinado em 23/05/2023) – Volume XVI do PA respectivo (evento n. <a href="#">1008501</a> ). I - Prorrogação por mais 12 meses, a contar de 17/06/2023 até 16/06/2024; e II - Alteração e inclusão de Cláusula contratual. (Garantia: R\$ 260.185,59)	R\$ 5.203.711,86	-
3º Apostila (assinada em ____/06/2023) – Volume XVII do PA respectivo (evento n. <a href="#">1028142</a> ). 3º reajuste de 3,94%, a partir de maio/2023, referente ao IPCA acumulado no período de	R\$ 204.834,54	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2022/2023 (R\$ 204.834,54);

(Garantia: R\$ 10.241,72)

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

**VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS DE EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES** – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 - Plenário.

**R\$ 5.408.546,40**

**PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO** (Em relação ao valor inicial atualizado contrato – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.)

**0,00%**Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO****LOPES, Diretora Geral**, em 30/06/2023, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1028142** e o código CRC **5DAF6D7F**.

0002624-96.2019.6.22.8000

1028142v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)**INFORMAÇÃO Nº 78/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES**

Em atenção a SOLICITAÇÃO DE DILIGÊNCIA -  
PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([1025188](#))

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Considerando a necessidade de realizar reajuste anual, contratual, baseado no percentual do IPCA acumulado de junho de 2022 a maio de 2023.

Diante disto encaminho abaixo a tabela ajustados com base nos quantitativos de usuários e nas faixas etárias indicados no Contrato originário (evento [0542815](#)), para fins de elaboração da minuta de Apostila respectiva, relativo ao 3º reajuste contratual a ser efetivado.

<b>Faixa etária</b>	<b>Quantidade de usuários</b>	<b>Valor unitário/Per capita com 2º reajuste (2021-2022) em R\$</b>	<b>IPCA - junho/2022 a maio/2023*</b>	<b>Diferença unitária referente ao 3º reajuste</b>	<b>Valor com 3º reajuste</b>
0 a 18	167	R\$ 322,27	3,94%	R\$ 334,97	R\$ 554,55
19 a 23	28	R\$ 373,48	3,94%	R\$ 388,18	R\$ 100,10
24 a 28	13	R\$ 429,68	3,94%	R\$ 446,59	R\$ 5,58
29 a 33	33	R\$ 489,34	3,94%	R\$ 508,60	R\$ 16,16
34 a 38	69	R\$ 569,70	3,94%	R\$ 592,12	R\$ 40,40
39 a 43	56	R\$ 660,36	3,94%	R\$ 686,35	R\$ 38,38
44 a 48	37	R\$ 800,28	3,94%	R\$ 831,78	R\$ 30,30
49 a 53	41	R\$ 1.037,80	3,94%	R\$ 1.078,65	R\$ 44,44
54 a 58	27	R\$ 1.445,09	3,94%	R\$ 1.501,97	R\$ 40,40
59+	83	R\$ 1.929,69	3,94%	R\$ 2.005,64	R\$ 16,16
<b>TOTAL de Usuários</b>	<b>554</b>				R\$ 45,45

\* Índice obtido no

site <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060#/n1/all/n7/all/n6/all/v/2265/p/202305/c315/all/d/v2265%2021/l,p+t+v,c315/resultado>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ELISÂNGELA ALVES SILVA TIVANELLO, Chefe de Seção**, em 26/06/2023, às 15:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1025828** e o código CRC **822095E8**.

0002624-96.2019.6.22.8000

1025828v6



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002624-96.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES

ASSUNTO: Análise da aplicação de reajuste *strito sensu* no Contrato 08/2020/TRE/RO – Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde.

**PARECER JURÍDICO Nº 133 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa UNIMED PORTO VELHO, CNPJ n. 05.657.234/0001-20, para prestar serviços de assistência médica, ambulatoria e laboratorial complementar, em caráter emergencial e eletivo, em âmbito nacional, na modalidade coletiva empresarial, dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 16/06/2020, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 08/2020 (0542815)**, atualmente em execução com termo final em 16/06/2024, conforme anotado na Cláusula Primeira do Termo Aditivo n. 03 ([1008501](#)).

**02.** Por meio da informação n. 76/2023 ([1022209](#)), a Seção de Assistência Médica e Social (SAMES), fiscal do contrato, e a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE), gestora do contrato, noticiaram o reajuste anual do contrato citado, **a contar de 17/06/2023**, juntaram solicitação da Unimed sobre o reajuste ([1022212](#)) e remeteram os autos ao SAOFC para o prosseguimento do feito ([1022485](#)).

**03.** Ato contínuo, o titular da Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC), mediante Despacho n. 1263/2023 ([1022860](#)), determinou à COFC a elaboração da programação orçamentária, à SECONT a lavratura de apostila ao Contrato n. 08/2020 e à AJSAOFC para análise e eventual aprovação do instrumento de apostila.

**04.** A programação orçamentária da despesa foi juntada no evento ([1023342](#)), documento que também registra que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, além de compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

**05.** A SECONT realizou diligências ([1025188](#)) junto a SAMES solicitando que as informações e valores indicados na Informação 76/2023 ([1022209](#)) fossem ajustados com base nos quantitativos de usuários e nas faixas etárias indicados no Contrato originário ([0542815](#)), para fins de elaboração da minuta de Apostila respectiva, relativo ao 3º reajuste contratual a ser efetivado.

**06.** Em continuidade aos trâmites, a SAMES carrou a informação n. 78/2023 atendendo à solicitação da SECONT ([1025828](#)).

**07.** A SECONT juntou aos autos minuta de apostila n.03 ([1026331](#)) ao Contrato n.08/2020 ([0542815](#)). Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico, consoante Remessa ([1026332](#)).

**É o necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**08.** Este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0002624-96.2019.6.22.8000) até a presente data.

**09.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**10.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**11.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

**12.** De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

#### **3.2 – Da Possibilidade do Reajuste em sentido estrito:**

**13.** A pretensão da SAMES tem amparo no **Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, trata-se de **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo n. 08/2020. Veja-se:

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

(...)

**Subcláusula Sétima** – Caso ocorra a prorrogação contratual, os valores estipulados em contrato poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, e será com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente, com o registro de que o marco inicial a partir do qual se computa o período de 12 (doze) meses para a aplicação de índices de reajustamento é a data de apresentação da proposta da contratada ou a do orçamento a que a proposta se referir.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**14.** Segundo Marçal Justen Filho, o “*Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados*”. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.

**15. Sobre o tema,** o Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704 e 719, assim orienta:

Faça constar nos editais e nos respectivos contratos, ainda quando o prazo de duração do ajuste for inferior a 12 (doze) meses, cláusula que estabeleça o critério de reajustamento dos preços, indicando expressamente no referido instrumento o índice de reajuste contratual a ser adotado, nos termos do disposto nos arts. 40, inc. XI, e 55, inc. III, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 73/2010 Plenário**

É necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela. O que se afirma é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)

**16.** Assim, subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

### **DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO**

**13.2** É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

...

**13.4** Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

....

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

...

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93;

17. Vale registrar entendimento do TCU e da AGU, que claramente transferem à administração a responsabilidade pela ocorrência automática do reajuste estrito senso previsto nos contratos administrativos, vejamos texto do **Parecer n. 02/2016/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU**:

(...)

39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; **ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.**

(...)

41. **O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).**

42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, **o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.**

43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)

18. No caso em tela, a SAMES solicitou a aplicação do reajuste de preços no percentual de 3,94% pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), consoante preconiza a regra contratual mencionada, a fim de repor perdas inflacionárias do período entre junho de 2022 a maio de 2023 ([1022209](#)). E, resta verificado o preenchimento do período aquisitivo para a aplicação do reajuste, pois foi decorrido um ano da data do último reajuste concedido na Apostila n. 2 ([0860958](#)).

19. Dessa forma, esta Assessoria com fundamento no **art. 55, III, da Lei n. 8.666/1993** e na **cláusula décima sexta, subcláusula**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**sétima**, do Contrato n. 08/2020, opina ser devido os valores dos reajustes contabilizados no período citado.

### **3.2.1 – Da Atualização da Garantia:**

**20.** O Contrato n. 08/2020 estabeleceu a obrigação de a empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

**CLÁUSULA NONA** – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a GARANTIA no valor de R\$ 215.510,40 (Duzentos e quinze mil quinhentos e dez reais e quarenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado deste instrumento, a qual deverá ter prazo de validade durante todo a vigência deste Contrato, devendo ser observados os seguintes requisitos:

(...)

Subcláusula Terceira – Em cumprimento ao Art. 56, § 2º da Lei n. 8.666/93, o valor da garantia deverá ser atualizado em função da eventual alteração do valor do contrato. Assim sendo, a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e **complementada a cada reajuste**, revisão e reequilíbrio econômico-financeiro ou a cada acréscimo quantitativo do contrato. **(sem grifo no original)**

**21.** A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário) (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 - Plenário. (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 - Plenário. (sem grifo no original)

**22.** Nessa linha, após o procedimento de reconhecimento do reajuste, conforme constante da minuta de apostila n. 03 ([1026331](#)) a **Contratada deverá oferecer, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA** correspondente a 5% (cinco por cento) do impacto total do 2º reajuste, indicado nesta Apostila, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade durante o novo prazo de vigência contratual, consoante regras estabelecidas na Cláusula Nona do Contrato originário.

**3.2.2 – Da Minuta de Apostila n. 03 ao Contrato n. 08/2020:**

**23.** A minuta de Apostila n. 03 ao Contrato n. 08/2020 ([1026331](#)) juntada aos autos, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

**IV – CONCLUSÃO**

**24. Pelo exposto**, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, esta Assessoria opina pela devida aplicação do reajuste *strito sensu* no Contrato n. 08/2020 no patamar de **3,94%** decorrente da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), aferido no período de junho de 2022 a maio de 2023, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de junho de 2023 (**3º Reajuste**).

**25.** Quanto à minuta de Apostila n. 03 juntada aos autos ([1026331](#)), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

**26.** Importa destacar que será necessária a notificação da contratada para apresentar complementação da garantia contratual, com base nos valores atualizados do contrato, conforme delineado no **item VII da minuta de Apostila contratual**.

**27.** Por fim, registra-se que esta unidade jurídica analisou apenas os **aspectos jurídicos do ato em discussão**, tendo excluído aqueles de índole material associados ao objeto, cálculos e índices, em razão da sabida falta de atribuição legal para tanto.

À consideração do Secretário da SAOFC.

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assessor(a) Chefe Substituto(a)**, em 27/06/2023, às 17:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1026631** e o código CRC **153FF39A**.

0002624-96.2019.6.22.8000

1026631v16



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002624-96.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social - SAMES

ASSUNTO: Aplicação de reajuste *stricto sensu* no Contrato n. 08/2020 – Contratada UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA. – Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde.

**DESPACHO Nº 742 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa operadora de plano de assistência à saúde, UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA., CNPJ n. 05.657.234/0001-20, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 08/2020** (evento [0542815](#)), com vigência até 16/06/2024, conforme anotado na Cláusula Primeira do Termo Aditivo n. 03 ([1008501](#)).

Mediante a Informação n. 76/2023 ([1022209](#)), a Seção de Assistência Médica e Social - SAMES (fiscal do contrato) e a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE (gestora do contrato), noticiaram a necessidade de realizar reajuste anual contratual baseado no percentual do IPCA acumulado de junho de 2022 a maio de 2023, juntaram solicitação da Unimed sobre o reajuste





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([1022212](#)) e remeteram os autos ao SAOFC para o prosseguimento do feito ([1022485](#)).

A Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, através do Despacho n. 1263/2023 ([1022860](#)), determinou: à COFC, a elaboração da programação orçamentária; à SECONT a lavratura de apostila ao Contrato n. 08/2020; e à AJSAOFC, para análise e eventual aprovação do instrumento de apostila.

A COFC juntou a programação orçamentária ([1023342](#)), informando que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício.

A SECONT elaborou a minuta da Apostila n. 03 ([1026331](#)) e encaminhou à Assessoria Jurídica da SAOFC - AJSAOFC para análise ([1026332](#)).

A AJSAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 133/2023 ([1026631](#)), opinou pela aplicação do reajuste *stricto sensu* ao Contrato n. 08/2020 no patamar de **3,94%**, decorrente da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), aferido no período de junho de 2022 a maio de 2023, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de junho de 2023 (**3º Reajuste**). Por fim, aprovou os termos da minuta carreada ao processo no evento [1026331](#), em observância ao artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, bem como anotou a necessidade de notificação da contratada para apresentar complementação da garantia contratual, com base nos valores atualizados do contrato, conforme delineado no item VII da minuta de Apostila contratual.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pelo deferimento do reajuste pretendido, no percentual de 3,94%, decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aferida no período de junho de 2022 a maio de 2023, com efeitos financeiros sobre a Contratação mencionada a partir de maio de 2023, pela atualização dos valores do Contrato nº 08/2020 ([0542815](#)), fixando seu novo valor em R\$ 5.408.546,40 (cinco milhões, quatrocentos e oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta centavo) devido ao impacto do reajuste aplicado, com fulcro no [§ 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93](#); e pela complementação da garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura da apostila, no valor de R\$ 10.241,72 (dez mil duzentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da apostila, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade durante o novo prazo de vigência contratual, consoante regras estabelecidas na Cláusula Nona do Contrato originário (Manifestação n. 254/2023 - evento [1026673](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que embora tenha sido publicada a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), seu artigo 191, combinado com o art. 193, permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este em que deveri ocorrer a revogação daquela lei. Contudo, foi prorrogado o prazo até 31/12/2023. Neste despacho manter-se-á a citação da lei antiga, por ser a que está sendo aplicada no curso dos presentes autos.

Nos termos do bem lançado Parecer Jurídico nº 133/2023 ([1026631](#)) da AJSAOFC, este reajuste contratual tem amparo nos **arts. 40, XI e 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, os quais determinam a estipulação de critérios periódicos de reajuste, reproduzidos expressamente na Subcláusula Sétima da Cláusula Décima Sexta do Contrato Administrativo nº 08/2020 (evento [0542815](#)), conforme passa-se a reproduzir:

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

[...]

**Subcláusula Sétima** – Caso ocorra a prorrogação contratual, os valores estipulados em contrato poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, e será com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente, com o registro de que o marco inicial a partir do qual se computa o período de 12 (doze) meses para a aplicação de índices de reajustamento é a data de apresentação da proposta da contratada ou a do orçamento a que a proposta se referir.

É oportuno ressaltar que o reajuste é um procedimento automático, haja vista que a recomposição do valor contratado deverá ser feita de ofício pela Administração quando completado o lapso de 12 meses a contar da data da apresentação da proposta, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Está evidenciado, portanto, o poder-dever da Administração de manter íntegra a equação econômico-financeira do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contrato, de sorte que o reajustamento configura uma obrigação, e não mera faculdade.

O reajuste é referente ao período de **junho/2022 a maio/2023**, sendo a **variação do IPCA neste período, aplicada sobre o valor do contrato vigente, de 3,94%** (três inteiros e noventa e quatro milésimos por cento) e o impacto financeiro total anual deste, de **R\$ 204.834,54** (duzentos e quatro mil oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

Por conseguinte, haverá necessidade de atualização do valor do Contrato nº 08/2020 (evento [0542815](#)), que passa a ser de R\$ 5.408.546,40 (cinco milhões, quatrocentos e oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos) devido ao impacto do reajuste aplicado, com fulcro no [§ 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93](#).

Além disso, conforme ressaltou a AJSAOFC, em cumprimento à **Subcláusula terceira da CLÁUSULA NONA** do contrato, **deverá a contratada complementar a garantia contratual**.

Por todo exposto e por tudo que dos autos consta, considerando a delegação constante do artigo 1º, II, da Portaria TRE-RO nº 66/2018:

**a) Autorizo o reajuste do Contrato Administrativo nº 08/2020**, no percentual de **3,94%** (três inteiros e noventa e quatro milésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aferida no período de **junho/2022 a maio/2023**, com efeitos financeiros sobre a Contratação **a partir de maio de 2023**, com fulcro no art. 40, XI e art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93, e ainda na Subcláusula Sétima da Cláusula Décima Sexta do Contrato Originário, nos termos da minuta de Apostila, já aprovada pela Assessoria Jurídica, constante do evento [1026331](#);

**b) Determino a atualização do valor do Contrato nº 08/2020** (evento [0542815](#)), fixando seu novo valor em R\$ 5.408.546,40 (cinco milhões, quatrocentos e oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), devido ao impacto do reajuste aplicado;

**c) Determino a notificação da contratada para complementação da garantia**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis após assinatura da apostila**, no valor



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de **R\$ 10.241,72** (dez mil duzentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da apostila, conforme delineado no **item VII da minuta de Apostila contratual**.

À SAOFC para prosseguimento e **verificação prévia** à assinatura da Apostila das **condições de habilitação da contratada**, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 29/06/2023, às 18:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1027504** e o código CRC **E80761C8**.